

A GAZETA

PROPRIETARIO E DIRECTOR — Vicinal d'Araujo

ANNO I.	Redacção e typographia A Praça da Matriz	Publica-se seis vezes por mês Cuyabá (Matto-Grosso) 1 de Julho de 1889	Assignaturas TRIMESTRAL 3,000 rs. Pagamento adiantado	NUMERO 43
---------	---	--	---	-----------

A Gazeta

Cuyabá, 1 de Julho de 1889.

MATTO GROSSO.

E ainda ha quem se lembre de fallar em mudança da capital desta para a cidade de Corumbá.

Como se não fosse bastante o exemplo que temos da extrema decadencia da antiga capital da província — a cidade de «Matto-Grosso»!

Não será lícito acreditar-se que, se continuasse a permanecer n'aquelle cida-de a capital, não estivesse ella hoje multissimo adiantada, prosperando da mesma maneira as cidades de Corumbá e Cuyabá, actual capital.

No entretanto qual o pungente espetáculo que observamos?

A antiga capital da província, está reduzida a expressão mais simples — a uma aldeia ameaçada de ser invadida pelos indios selvagens que infestam aquela uberrima zona.

E nem se diga que para o facto de mudança da capital da cidade de Matto-Grosso para a de Cuyabá, influiu as pessimas condições salubres d'aquelle.

Não era motivo plausivel visto como, n'aquelle tempo não podia prevalecer semelhante razão, alem de que, continuando lá a capital da província, ter-se-hia tomadas as necessarias providencias recommendadas pela hygiene no sentido de evitar-se as febres paludosas tão frequentes ali.

Por um bem entendido e

patriotico respeito as tradições, «Matto-Grosso» — a antiga capital, goza ainda dos fôres de cidade, parecendo logicamente e positivamente ella achar-se simplesmente nas condições de uma humilde aldeia.

A sua população, hoje ameaçada pela invazão dos indios bravios da trybo dos Cabixis, não passa de 300 almas.

Ali ali um distrito das dos que precentemente tendo a duzido a um destacamento de 14 praças de linha das quais 5 seguiram em diligencia para o férte do Príncipe da Beira, ficando apenas 9 — inclusive algumas enfermas, segundo carta que, vindia d'aquelle procedencia, nos foi cavaileironamente mostrada.

Este facto tem dado lugar a que os indios entrem como têm entrado na cidade, sem o menor receio, certos de que não encontrarão resistencia por parte da pequena força ali destacada, e trazendo assim em constante sobresalto a quella desinuada e infeliz população.

Trez meses ficou a cidade de «Matto-Grosso» sem ter noticia da capital em consequencia da falta de correio para S. Luiz da Caceres, e no fim desse tempo pôde-se ter notícias, por que d'aquelle cidade partiu para Caceres um particular que se prestou a conduzir a correspondencia.

Com esta pequena e lacônica exposição, temos sómente em mira pedir à S. Ex. o Sr. Dr. presidente da província que se digne de dirigir suas vistas para aquele infeliz povo, tão ca-

rrente e digno actualmente da proteção do governo.

S. Ex. comprehende perfeitamente que, ao traçarmos estas linhas, não temos outro moeal a não ser o desejo de prastarmos um pequeno serviço a causa dos que soffrem presentemente ameaças em suas vidas e propriedades na antiga capital d'esta província tão rica e tão vasta em território como resignaria no soffrer o indiferentismo d'aquelle que, no governo, encaram-n'a como uma filha espúria da comunhão brazileira.

Effectuar-se-há hoje ao meio dia, com a solemnidade do estylo a abertura da Assemblea Legislativa, tendo S. Ex. sr. dr. presidente da província o seu relatorio.

Consta que tomará parte nos trabalhos legislativos a minoria conservadora.

Assim deve ser, porquanto os eleitos do povo não podem e nem devem trair o «mandatum» de seus comitentes.

O dia 29 do passado marcou o primeiro aniversario do falecimento do nosso sempre lembrado amigo Manoel Gaudie-Ley.

A sua viúva mandou celebrar missa na capella de Nossa Senhora da Piedade.

Por acto da presidencia da província datado de 27 do passado foi nomeado promotor publico da Co-

mara de S. Luiz de Caceres o tenente Antônio da Costa Garcia Junior.

E amanhã anniversario da memorável data que tanto eternisou a heroica província da Bahia.

Aos bahianos residentes nesta capital — A Gazeta — sauda.

Está n'esta capital o sr. Tenente Francisco Xavier Confessor, laborioso comerciante da florescente villa do Rosario do rio acima, nosso illustre assignante.

Comprimentam-o.

Uma das classes de individuos mais ofensais si não abominaveis é sem dúvida a dos pedantes.

Ellos pululam na sociedade de cada qual com a sua mania; os que mais se tornão dignos de commiseratio, são os que se querem salientar pelo saber quando não passão, as mais das vezes de verdadeiros pobres de se pírito.

E desgracado do jornalista que os desmascara censurando o acto da autoridade que os nomeia para um cargo qualquer para o qual lhes fallece habilitações ou competencia.

Se os encontramos em qualquer festa, os sugestos mettem-se na cerjeja e come discussão no caso.

Ora para essa discussão é preciso que de parte a parte os animos estejam predispostos, maximis quando o pedante inspira-se em Bacho para discutir.

Mas um dia a porca pode lhe sahir mal,

Regulamento do Ensino Primário da Província de Mato Grosso.

(Continuação)

Para os demais o prazo será fixado pelo Director Geral, tendo-se em vista as distâncias.

§ 2º — O prazo da licença começará a correr da data de visto, ficando sem efeito si o professor não entrar no gozo della dentro do prazo.

Artigo 34 — Em suas faltas ou impedimentos serão os professores substituídos por pessoa idónea nomeada na capital pelo Director Geral e nas outras localidades pelo inspector escolar, ficando neste caso a nomeação dependente de aprovação do Director Geral, quando fôr por mais de um mês.

Artigo 35 — Os substitutos perceberão os vencimentos que deixarem de receber os substituídos, e mais a terça parte do ordenado respectivo.

Artigo 36 — Será de dois meses a contar da data da nomeação ou remoção o prazo para os professores nomeados ou removidos tomarem posse.

§ Único — Este prazo só poderá ser prorrogado até metade pelo Director Geral à vista de motivo justificado.

Artigo 37 — Si, dentro do prazo marcado, o professor nomeado ou removido não assumir o exercício, perderá a cadeira.

CAPITULO 7º

Deveres dos professores

Artigo 38 — Ao professor público primário compete:

§ 1º — Comparecer pontualmente à aula, decentemente vestido, e proceder aos exercícios escolares nos termos do regimento interno.

§ 2º — Manter a ordem, disciplina e regularidade da escola.

§ 3º — Lacionar pelos livros e compêndios adotados e propor ao Director Geral a adoção dos que julgar convenientes.

§ 4º — Inspirar aos discípulos o amor do estudo e esforçar-se pelo seu progresso.

§ 5º — Aplicar as penas disciplinares com moderação e critério.

§ 6º — Matricular os alunos, e fazer a inscrição a seu cargo com regularidade e assento.

§ 7º — Remeter mensalmente ao inspector escolar o mapa da frequência da escola.

§ 8º — Zelar sobre a guarda e conservação do material da escola, sendo responsável pelo desaparecimento ou deterioração culposa.

§ 9º — Proceder, perante o inspector escolar, ao inventário dos móveis e utensílios da escola, quando assumir o exercício da cadeira, quando tiver de deixá-la ou quando fôr necessário, a juízo do dito inspector.

§ 10 — Participar ao inspector escolar qualquer impedimento que o inhiba do exercício de suas funções.

Artigo 39 — É proibido ao professor:

§ 1º — Residir fôr da sede da escola e ausentarse dela, nos dias lectivos, sem licença.

§ 2º — Exercer indústria ou profissão incompatível com o desempenho do magisterio.

§ 3º — Dirigir-se directamente ao Presidente da Província, cumprindo-lhe fazê-lo por intermédio do Director Geral e com informação do inspector escolar.

§ 4º — Ocupar os alunos em mistérios estranhos ao estudo.

CAPITULO 8º

Do ensino particular primário

Artigo 40 — É permitido a qualquer cidadão nacional ou estrangeiro, independentemente de licença e provas de habilitação, abrir estabelecimento de instrução primária, ficando porém sujeito às seguintes obrigações:

1º — Communicar no prazo de um mês ao inspector escolar o lugar onde funciona a escola, as matérias de ensino, as pessoas que o auxiliam, os estatutos do estabelecimento, e oportunamente as alterações que fôr realizando.

2º — Franquear o collegio ou escola à visita das autoridades de ensino.

3º — Ministrar os esclarecimentos que lhe forem exigidos pelas autoridades competentes.

4º — Remeter, até o dia 15 dos meses de janeiro e de julho de cada anno, o mapa da matrícula e frequência.

CAPITULO 9º

Penas correccionalas e processo disciplinar.

Artigo 41 — Aos professores públicos primários são applicáveis as disposições dos artigos 78 a 94 do Regulamento de 28 de maio de 1889, que deu estatutos para o Lyceu Cuiabá, com as seguintes modificações:

§ 1º — Pelos inspetores escolares poderão ser impostas as penas de censura verbal ou por escrito e de multa até 40\$000.

§ 2º — Pelo Director Geral poderão ser impostas essas mesmas penas, e mais as de multa até 100\$000 e suspensão até 30 dias.

§ 3º — Os professores, que servirem em virtude de nomeação interina, poderão ser removidos ou exonerados pelo Presidente da Província, quando assim convier ao serviço público, independentemente de processo disciplinar, e mediante proposta do Director Geral.

§ 4º — Pertencerão ao Director Geral as atribuições que as citadas disposições conferem ao Reitor do Lyceu, quanto ao processo disciplinar.

Artigo 42 — Os professores particulares ou diretores de escolas particulares, que infringirem as disposições deste Regulamento ficam sujeitos à multa de 50\$000 a 200\$000. Na reincidência ou quando praticarem ou consentirem ofensas à religião, à moral e aos bons costumes, serão obrigados a fechar os estabelecimentos; neste caso a pena não poderá ser imposta sem que seja ouvido o interessado, seguindo-se as mesmas regras do processo disciplinar.

CAPITULO 10

Das inspecções do ensino primário

Artigo 43 — A inspeção do ensino primário será exercida pelo Presidente da Província por intermédio do Director Geral do Ensino Primário e dos inspectores escolares.

Do Director Geral

Artigo 44 — O Director Geral terá a superintendência do ensino primário na província. Será de livre nomeação do Presidente da Província, o qual pôde

nomear para esse lugar um professor do Lyceu, sem prejuízo das respectivas funções. Compete-lhe:

1º—Inspecionar as escolas, collegios, casas de educação e estabelecimentos de ensino primário público ou particular.

2º—Visitar as aulas sempre que julgar conveniente,

3º—Presidir os concursos para provimento das cadeiras de ensino primário.

4º—Mandar pôr a concurso as cadeiras vagas de ensino primário e admitir os candidatos que se mostrarem habilitados.

5º—Expedir instruções para os exames e organizar o regimento interno das escolas primárias.

6º—Apresentar ao Presidente da Província trinta dias antes da reunião da Assembleia Legislativa Provincial, circunstanciado relatório sobre o serviço a seu cargo, fazendo-o acompanhar da lista dos professores em exercício e do quadro estatístico das escolas e estabelecimentos de ensino.

7º—Impor as penas disciplinares que lhe competirem na forma deste regulamento.

8º—Deferir juramento aos professores públicos e aos empregados da sua repartição.

9º—Por o visto nos atestados dos professores a fim de receberem os vencimentos fazendo as notas que julgar convenientes.

10—Requizar do Presidente da Província o pagamento dos vencimentos dos professores públicos, quando a autoridade local negar caprichosamente o atestado de frequência.

11—Abonar e justificar as faltas dos professores e dos empregados da Secretaria, fazendo a devida comunicação ao Tesouro Provincial.

12º—Nomear professores interinos para reger as escolas públicas, no impedimento dos efectivos, sujeitando o acto à aprovação do Presidente da Província.

13º—Caramunicar ao Tesouro Provincial as datas em que deixaram ou assumiram o exercício os professores removidos, licenciados ou nomeados.

14º—Abrir, numerar, rubricar e encerrar os livros da Secretaria.

15º—Effectuar as despezas necessárias com o expediente dentro da quota destinada para tal fim e remetter mensalmente ao Tesouro Provincial, por intermédio da Secretaria da Presidencia, a folha das mesmas despezas, solicitando o respectivo pagamento.

16º—Tornar efectiva a responsabilidade dos professores públicos pela guarda e conservação dos móveis, utensílios e livros das escolas, promovendo indemnização.

17º—Informar os requerimentos que lhe forem dirigidos à Presidencia pelos professores.

18º—Dirigir e fiscalizar os trabalhos da Repartição.

19º—Organizar programa para os exames anuais das escolas públicas.

20—Approvar as nomeações interinas feitas pelos inspectores escolares, nos casos em que lhes competirem taes nomeações.

Artigo 45—Em seus impedimentos, que não excederem de trinta dias, o Director Geral será substituído por um dos inspectores escolares da capital que for previamente designado; na falta de designação, fará a substituição ao mais antigo em exercício. Prolongando-se o impedimento por mais de 30 dias o Presidente da Província nomeará substituto interino.

Elos inspectores escolares

Artigo 46—A inspecção imediata e assidua das

escolas pertencerá aos inspectores escolares, os quais serão nomeados pelo Presidente da Província sobre proposta do Director Geral, a quem serão subordinados.

Artigo 47—Para inspecção das escolas de 3ª classe haverá dois inspectores escolares, entre os quais seará distribuído o serviço pelo Director Geral, como for mais conveniente.

Para inspecção das escolas de 2ª classe haverá em cada comarca um inspector escolar, cuja jurisdição poderá comprehendêr outras escolas da comarca, se não houver inconveniente para o serviço.

Para inspecção das escolas de 1ª classe o Director Geral prepará a nomeação de tantos inspectores escolares quantos sejam necessários para que elles possam regularmente desempenhar os deveres que lhes são impostos por este Regulamento.

Artigo 48—Aos inspectores escolares, dentro das circunscrições em que exercerem suas funções, compete:

1º—Visitar as escolas públicas, ao menos uma vez por semana, e as particulares, quando julgarem conveniente.

2º—Informar-se do comportamento civil e moral dos professores públicos, verificando si procedem com zelo e inteligência no exercício das funções a seu cargo, se cumprem fielmente as disposições legais, e as ordens e instruções do Director Geral, relativas ao desempenho dos seus deveres magistrais.

3º—Verificar a exactidão do numero de alunos matriculados nas escolas públicas, as causas de falta de frequência e a proporção entre o numero de alunos matriculados e a população escolar da localidade.

4º—Examinar nas escolas públicas as vantagens ou inconvenientes do regimen adoptado, meios disciplinares e seus efeitos.

5º—Inspecionar a escripturação dos livros a cargo de cada professor.

6º—Verificar o aproveitamento dos alunos, segundo-os e fazendo-os seguir pelos professores em cada um dos ramos de ensino.

7º—Examinar si as escolas públicas estão situadas nos lugares mais convenientes, si funcionam em edifícios que tenham as precisas accommodações e si guardam as regras prescritas pela hygiene.

8º—Comunicar ao Director Geral a vacância de cadeira no distrito da sua jurisdição e os impedimentos dos professores para o exercício de suas funções.

9º—Nomear interinamente pessoa idónea para assumir o magistério, nas faltas e impedimentos dos respectivos professores, sujeitando as nomeações à aprovação do Director Geral.

10—Atestar mensalmente o exercício dos professores públicos e visar os mapas que devem ser remetidos à Directoria Geral por seu intermédio, declarando nos atestados os dias em que durante o mês, deixou o professor de dar aula.

11—Trasmittir com informações à Directoria Geral os requerimentos dos professores sobre matéria atinente ao serviço de ensino.

12—Comunicar ao Director Geral no fim de cada anno o numero das escolas particulares primárias existentes no seu distrito e a respectiva frequencia.

13—Presidir os exames das escolas públicas, nomear examinadores e transmittir à Directoria Geral o resultado da taes actos.

14—Deferir juramento aos professores públicos quando lhe for commettida pela Directoria Geral esta atribuição.

(Continua)

NOTICIARIO

Associação Litteraria Cuyabana. — Em sessão d'Assembléa geral que verificou se no dia 26 do corrente, resolveo esta sociedade a criação de palestras litterarias quinze naes, nas quaes se procederão a leitura de trabalhos e discussão de theses que forem apresentadas pelos socios e aceitas pela casa.

Por essa occasião teve lugar também a discussão e aprovação do regulamento que tem de servir para as ditas palestras, cuja confecção havia sido encarregada a uma commissão nomeada anteriormente pela respectiva directoria.

Foram eleitos oradores, de conformidade com um dos artigos do regulamento, os srs. socios dr J Leite Pereira Gomes e o advogado José Barnabé de Mesquita.

Ficou designado o dia 6 de Julho venturo, a noite, para ter lugar a instalação das palestras na sala da biblioteca.

Esta tão util quoão proveitosa Associação, cuja criação teve lugar em Novembro de 1884, vai produzindo os seus benefícios resultados, posto não tido, como era de esperar-se, a necessaria animação por parte do público desse capital.

Constando tão limitado numero de associados e consequente exiguidade de receita para sua sustentação, esta Associação teria desaparecido si não foram os esforços empregados pelos cavalheiros que compõem a sua directoria, em cujo numero lembraremos o nome do nosso amigo particular sr. tenente Fausto Albanez, que a ella se dedica com o maior devotamento.

Empreendimento de tão util transcendência e que oferece aos seus associados compensações proveitosas, por isso que lhes proporciona meios seguros de desenvolver e aperfeiçoar o espírito por meio da leitura de boas obras; esperamos que o publico destas

capital não lhe negará o apoio, concorrendo para o seu desenvolvimento.

Preste-lha cada qual o diminuto concurso de sua assignatura, e vel-a-ho-mos em breve tempo atingir o maior grau de prosperidade.

A indifferença em matéria desta natureza é o signal mais característico de decadencia de um povo.

A' Associação Litteraria Cuyabana almejamos exerto feliz e futuro auspicioso.

Por acto de 25 do corrente, foram nomeados de acordo com o artigo 57 do Regulamento de 4 de Março de 1881, os cidadãos Jeronymo Gomes de Macerata, Benedicto José das Neves, Gabriel de Andrade e José de Goes Peixoto de Azevedo para exercerem efectivamente os cargos de amanuenses e praticantes da secretaria da presidencia, visto já haverem provado as suas habilidades, exercendo interiormente os ditos logares desde longa data.

Entre — Por acto de 28 do corrente, foi nomeado collector das rendas províncias da cidade de S. Luiz de Cáceres o cidadão Pedro Afonso de Pinho.

Observação curiosa — Um sabio europeu averiguou por observações exactas e pacientes que a temperatura e o magnetismo humano influem no andamento dos relogios de algarismos, sobretudo se o relógio é de mecanismo delicado.

Diz elle que há pessoas de temperamento tão nervoso que não podem nunca trazer um relógio que regule bem.

O estado mais ou menos nervoso do individuo influiu no atrazo ou no adiantamento do relógio.

Há outras pessoas que têm tanta electricidade no organismo, que magnetizam a delicada esperil de aço que existem no mecanismo dos relógios.

Pontes — Se não fossem as constantes reclamações

que obrimos todos os dias relativamente ao passimo estado em que jazem presentemente as pontes da rua da Emancipação, não veríamos ainda hoje apelar para a nossa idilidade tão surda, tão cega, e tão indiferente à tudo que se prenda aos sensos deveres e as necessidades públicas.

As pontes referidas estão, de há muito reclamado concertos, devido ao estado simplesmente perigoso, para o transito publico, em que elles se achão; por varias vezes temo-nos ocupado d'ellas implorando da camara qualquer conserto nas mesmas para evitar se desastres.

Acabamos de ser informados de que em dias da semana passada, cahio de um dos tres mundões, uma criança vindo a falecer pouco depois em consequencia da queda d'essa ponte, que já nem tem corrimão; ponte que fica nos fundos da casa de sr. tenente coronel Pina.

Convencidos de que a camara não attendeu as nossas reclamações, pedimos providencias a S. Ex. o sr. dr. presidente da pro-

vincia, unico que a pode impellir ao cumprimento de seus deveres.

No seguinte numero responderemos ao articulista d'A Situação, na parte relativa a nós na questão dos contractos para publicação dos actos oficiais:

ANUNCIOS

Cavalhada.

Está proxima a chegar a esta capital de uma linda e bonita cavalhada Paranista composta de duzentos e tantas animais entre cavalos e éguas.

Provinde aquelles que desejam fazer aquisição de bons e bonitos cavalos para que se reservem para a proxima viada da mesma cavalhada que se efectuará por estes dias.

Cuyabá, 27 de Junho de 1889.

Joaquim Francisco de Mattos.

Na loja de Nho Vete,
Encontra-se bacalhão fresco.
a 2600 a kilo.

Ao Bazar dos Lavradores.

Vinho do Porto superior, pura uva garrafa, 20, 33 e 45
Azeite doce, genuíno de azeitonas do alto Douro: 13400

Bazar dos Lavradores

Vende-se sabão de

Corumba e Assumpção, arroba 6\$000; Barra de 500 gramas a 280

Em casa de Canavarros y Irmao.

No armazém de Vitor — Praça da Matriz

Encontra-se os seguintes: — Passas frescas — Amêndoas — Confeites finos — Figos secos — Manteiga superior — Chá da índia — Farinha Lactea — Leite condensado de Barbacena — Chocolate — Azeitona — Pickles — Petipoi em latas — Sardinha de Nantes — Bolachinhas em latas — Cerveja sem ácido salicílico — Vinho do Porto — dito virgem superior — dito branco — dito Vermouth, superior — mate paraguayo.

Não se vende fiado.